

ATA DE REUNIÃO DE QUOTISTAS DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA

SPE BELLA VISTA CAPIM MACIO LTDA

CNPJ/MF: 62.764.968/0001-41

NIRE 24201298066

I – DIA, HORA E LOCAL

Reunião realizada às 16:00 (dezesesseis) horas do dia 19/12/2025, na sede da empresa, na cidade de Natal-RN, na Rua João Rodrigues da Silva 91, lote 08, quadra 07 caixa postal 39, Capim Macio, CEP 59082-310.

II – CONVOCAÇÃO E PRESENÇA

Foram convocados e se fizeram presentes os sócios **BOA VISTA INVESTIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com foro jurídico na comarca de Natal/RN, e sua sede e domicílio na mesma cidade na Rua Presidente Gonçalves, 544, Alecrim, CEP 59031-170, devidamente registrada com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob NIRE 24201248981 em 13/04/2025, inscrita no CNPJ/MF sob nº **60.384.459/0001-68**, através de seu representante legal Sr. **EGÍDIO DA CÂMARA GOMES NETO**, brasileiro, autônomo, casado sob regime de comunhão parcial de bens, portador da CNH de nº 03252999385 DETRAN/RN, inscrito no CPF/MF sob nº 077.079.834-91, residente e domiciliado na Rua Desembargador Régulo Tinoco, 1327, apto. 1702, bl. Torre Oeste, Barro Vermelho, Natal/RN, CEP 59022-080; e **MACEDO MARINHO INVESTIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com foro jurídico na comarca de Nova Cruz/RN, e sua sede e domicílio na cidade de Passa e Fica na Rua Manoel Lisboa, 138, quadra 0039, lote 0115, Alto de São Manoel, CEP 59218-000, devidamente registrada com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob NIRE 24201251001 em 24/04/2025, inscrita no CNPJ/MF sob nº **60.522.460/0001-01**, através de seu representante legal Sr. **JOÃO VICTOR DE MACEDO MARINHO**, brasileiro, advogado, casado em comunhão parcial de bens, portador da CNH de nº 04319953073 DETRAN/RN, inscrito no CPF/MF sob nº 014.259.404-04, residente e domiciliado na Rua José Aurino da Rocha, 2235, apto. 502, Lagoa Nova, Natal/RN, CEP 59062-370; e **AVILLA INVESTIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com foro jurídico na comarca de Natal/RN, e sua sede e domicílio na mesma cidade na Rua João Rodrigues da Silva, 91, lote 08, quadra 07, cxpst. 38, Capim Macio, CEP 59082-310, devidamente registrada com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Norte sob NIRE 24201266318 em 10/06/2025, inscrita no CNPJ/MF sob nº **61.249.982/0001-44**, através de seu representante legal Sr. **VINÍCIUS LEITE DE CASTRO MEDEIROS**, brasileiro, empresário, solteiro, nascido em 12/09/1989, portador da CNH de nº 04222377386 DETRAN/RN, inscrito no CPF/MF sob nº 067.407.574-96, residente e domiciliado na Avenida Ceará Mirim, 702, Tirol, Natal/RN, CEP 59020-240

III – MESA

Sócio: **EGÍDIO DA CÂMARA GOMES NETO**
Sócio: **JOÃO VICTOR DE MACEDO MARINHO**
Sócio: **VINICIUS LEITE DE CASTRO MEDEIROS**

IV – ORDEM DO DIA



Deliberação sobre a distribuição e eventual pagamento aos sócios das reservas de lucros acumulados até 31/12/2025, definição do cronograma de pagamentos até 31/12/2028.

Deliberações:

- Considerando a necessidade de aprovar, até 30/04/2026, as contas e demonstrações contábeis relativas ao exercício social a ser encerrado em 31/12/2025, nos termos da legislação aplicável;
- Considerando as reservas de lucros e/ou lucros acumulados existentes até 31/12/2024 e, porventura, a serem constituídos até essa data 31/12/2025, conforme apurados e demonstrados na escrituração contábil e demonstrações financeiras da sociedade;
- Considerando a conveniência de programar o pagamento desses valores até 31/12/2028, observada a legislação vigente à época de cada pagamento, inclusive quanto ao tratamento de isenção aplicável a sócios pessoas físicas, se e quando cabível;
- Considerando a possibilidade de alterações legais supervenientes (inclusive medidas provisórias e atos normativos) que possam afetar a forma e a tributação da distribuição;
- Considerando a promulgação da Lei 15.270 de 26/11/2025 que trata em seu art. Art. 16-A como exceção de tributação em seu item; *"XII - os lucros e dividendos: a) relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025; b) cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025 pelo órgão societário competente para tal deliberação; c) desde que o pagamento, o crédito, o emprego ou a entrega: 1. ocorra nos anos-calendário de 2026, 2027 e 2028; e 2. observe os termos previstos no ato de aprovação realizado até 31 de dezembro de 2025."*

1. Identificação do Montante Distribuível:

a) Fica reconhecido que o montante distribuível corresponderá aos lucros acumulados e/ou reservas de lucros existentes até 31/12/2024 e, porventura, a serem constituídos até 31/12/2025, conforme apurados nas demonstrações contábeis regularmente escrituradas e aprovadas, deduzidas as reservas legais/contratuais obrigatórias, provisões e retenções necessárias à preservação do capital social, solvência, continuidade operacional e cumprimento de obrigações presentes e futuras.

b) A distribuição deverá observar a suficiência de caixa e os testes de liquidez e solvência, a continuidade dos negócios, podendo a administração escalonar os pagamentos dentro do prazo aqui estabelecido.

2. Aprovação da Distribuição e Diretrizes de Pagamento:

a) Fica aprovada a distribuição aos sócios, proporcionalmente às respectivas participações no capital social na data-base de 31/12/2025 (salvo disposição contratual diversa ou ata deliberando desproporcionalidade de distribuição), dos lucros acumulados e/ou reservas de lucros, até o limite do saldo efetivamente disponível apurado na contabilidade.

b) Pagamentos: os valores poderão ser pagos em parcelas e prazos definidos pela administração, até a data-limite de 31/12/2028, podendo os cronogramas ser ajustados por ato da administração, desde que mantido o prazo final e assegurada a transparência em comunicados aos sócios.

c) Tratamento Tributário: os pagamentos serão efetuados com o tratamento de isenção aplicável à distribuição de lucros aos sócios pessoas físicas, quando e enquanto a legislação

vigente à época de cada pagamento assegurar tal isenção, condicionada à comprovação contábil regular dos resultados, sem prejuízo de eventuais alterações legislativas supervenientes.

d) Forma de Pagamento: Transferência bancária para contas indicadas pelos sócios, facultada a compensação com eventuais débitos líquidos e certos mantidos pelos sócios perante a sociedade.

e) Atualização Monetária e Encargos: salvo deliberação em contrário, os valores não sofrerão atualização monetária, juros ou outros encargos, por se tratar de distribuição de lucros.

f) Condições: a distribuição fica condicionada (i) à inexistência de prejuízos acumulados a absorver, (ii) à manutenção de reservas obrigatórias e contratuais, (iii) à preservação da integridade do capital social e (iv) à observância de indicadores mínimos de liquidez definidos pela administração.

g) A presente deliberação é autorizativa e não gera passivo obrigatório. A exigibilidade de cada parcela dependerá de declaração específica, observados o fluxo de caixa, a continuidade dos negócios, a inexistência de prejuízos acumulados, a integridade do capital social e as demais restrições legais e contratuais.

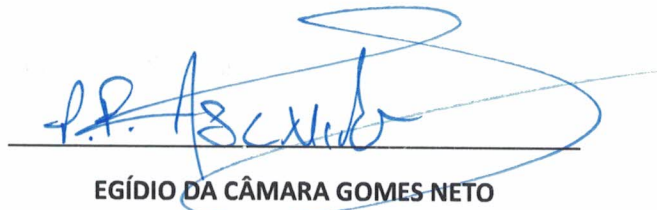
4. Poderes à Administração

a. Ficam os administradores autorizados a: (i) definir e alterar o cronograma de pagamentos dentro do prazo final de 31/12/2028; (ii) adotar todas as providências operacionais e contábeis pertinentes; (iii) emitir comunicações aos sócios; (iv) promover registros/arquivamentos perante a Junta Comercial ou demais órgãos, inclusive na Central de Balanços de forma eletrônica o Edital de Convocação, bem como o Aviso que estavam à disposição dos acionistas os documentos a que se referem o art. 133 da Lei nº 6.404/76, na Central de Balanços do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22/01/2007 (DOU 22/01/2007), e regulamentado pela Portaria ME nº 12.071, de 07/10/2021 (DOU 19/10/2021), <https://www.gov.br/centraldebalancos/demonstracoes>, se e quando necessários; (v) praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento desta deliberação.

5. Ratificações

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato social. Esta deliberação produz efeitos a partir de sua aprovação, respeitadas as condições e prazos aqui definidos.

Encerramento, nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada.



EGÍDIO DA CÂMARA GOMES NETO

(Sócio)



JOÃO VICTOR DE MACEDO MARINHO

(Sócio)



VINICIUS LEITE DE CASTRO MEDEIROS

(Sócio)